

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2013

Patrocinador oficial  
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 400 exemplares  
Depósito Legal: 366919/13  
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



# A ARRÁBIDA NO BRONZE FINAL – LEITURAS E NARRATIVAS

Ricardo Soares / FLUL / arqueo.mike@gmail.com

## RESUMO

Análise de questões relacionadas com as estratégias de povoamento, opções de culto, exploração de recursos disponíveis e vias de trânsito trilhadas pelas comunidades que habitaram o território da Serra da Arrábida no decorrer do Bronze Final. Tratando-se de um tema escassamente estudado, mas onde já afloravam contextos particularmente sugestivos, entendeu-se oportuno avançar com um inédito trabalho de síntese dos dados disponíveis. A hora ainda não permite obter uma perspectiva sincrónica e de “curta duração”, ainda assim, a informação produzida sugere um coerente complexo demográfico, instalado num território específico e individualizado, com algum grau de diferenciação e de ordenamento político-administrativo, insinuando uma forte articulação com as vias de comunicação, muito em especial as fluvio-marítimas.

## ABSTRACT

Analysis of issues related to settlement strategies, cult options, exploration of available resources and transit routes thresholded by the communities that inhabited the territory of the *Arrábida* range (*Setúbal/Portugal*) during the Late Bronze Age. This is a poorly studied subject, but particularly suggestive contexts have arisen, and it seemed appropriate to bring forward an unprecedented summary of available data. Time does not provide a synchronic and “short-time” perspective. Still, the information produced suggests a coherent complex demographic, installed in a specific and individualized territory, with some degree of political-administrative differentiation, suggesting a strong connection with the communication routes, most markedly the fluvial-marine.

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

Genericamente, o trabalho aqui apresentado pretende contribuir para a construção de um modelo relativo às estratégias de povoamento das comunidades que habitaram o território da região da Arrábida, no decorrer do período histórico convencionalmente designado de “Bronze Final” (entenda-se em *lato sensu*). Trata-se do resumo possível da investigação produzida pelo signatário ao longo dos últimos cinco anos, apresentada na fórmula de Dissertação de Mestrado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob o título *A Arrábida no Bronze Final – a Paisagem e o Homem* (Soares, 2013).

A investigação focou-se nas áreas da Serra da Arrábida, propriamente dita, e da Serra do Risco, estendendo-se para poente até às serras dos Pinheirinhos e da Azóia, na plataforma de abrasão do Cabo Espichel, e para nascente até à “Pré-Arrábida” de São Luís, dominante sobre a foz do Sado.

Para o efeito, a Arrábida, cordilheira que coroa a

Península de Setúbal, foi entendida como um território “entre águas”, definido e circunscrito pelo Tejo, pelo Sado e pelo Oceano, um território de charneira entre o Atlântico e o Mediterrâneo, entre o litoral e o interior, um excepcional ponto de convergência de linhas naturais de acessibilidade e transitabilidade (terrestres, fluviais e marítimas). Um território que, sendo favorecido por um conjunto de particularidades geográficas, designadamente as suas excelentes condições de defesa e abrigo de costa, disponibilidade de recursos hídricos, marinhos e cinegéticos e fertilidade dos seus vales, proporcionou um oportuno quadro, em termos de fixação humana e ao longo da história, particularmente no decurso do Bronze Final.

Neste quadro também foram considerados os locais de culto, ou seja, as necrópoles e os prováveis “santuários naturais”, e a dimensão estética das paisagens, aspecto que talvez não tenha sido indiferente às comunidades que por lá se instalaram.

Tratando-se de um tema e de uma região deficiata-

riamente estudados, mas onde já afloravam contextos arqueológicos particularmente sugestivos, nomeadamente o povoado do Castelo dos Mouros, a Lapa do Fumo e o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, entendeu-se (pois) oportuno avançar com uma tentativa de síntese, complementada pelas novidades emergentes das campanhas de prospecção arqueológica e espeleológica enquadradas pelas cartas arqueológicas de Sesimbra (Calado & *alii*, 2009) e de Setúbal-Arrábida (Calado, *no prelo*), projectos coordenados por Manuel Calado e integrados pelo signatário na qualidade de arqueólogo, espeleólogo e fotógrafo, e que têm permitido ampliar significativamente a base de dados relativa a algumas facetas da questão.

Assume-se, é claro, como um exercício parcialmente especulativo, tendo em conta o facto de os disponíveis dados de povoamento resultarem unicamente de recolhas de superfície, com carências em termos de sincronias e diacronias. Recorde-se, aliás, que as únicas escavações realizadas em contextos da Idade do Bronze da Arrábida se reportam exclusivamente a sítios de vocação ritual/funerária, levadas a cabo na Lapa do Fumo, na Roça do Casal do Meio e na Lapa da Furada.

Ainda assim, facto é que a Arrábida se afigura hoje como um interessante “iceberg de Bronze”, no qual se pode descortinar uma florescente e vigorosa cota emersa no horizonte cultural da última fase da Idade do Bronze do Sul da Estremadura.

#### “PREQUELA” – OS INDÍCIOS CONHECIDOS (1897-2007)

Até 2007, a informação relativa aos achados enquadráveis na Idade do Bronze identificados na região da Arrábida resumiam-se aos seguintes contextos e artefactos: os dois machados de alvado em bronze supostamente referenciados em “Alfarim”, Sesimbra (Serrão, 1967, 1973, 1975, 1994); os bronzes de Pedreiras, em Sesimbra, concretamente um machado de alvado de duplo anel lateral e uma foice de talão (*ob. cit.*); o povoado de altura do Castelo dos Mouros, na vertente norte da Serra da Arrábida, em Setúbal (Rasteiro, 1897; Silva & Soares, 1986; Ferreira & *alii*, 1993); o monumento e espólio funerário da Roça do Casal do Meio, em Sesimbra (Spindler & *alii*, 1973-74; Vilaça & Cunha, 2005; Harrison, 2007); o espólio cerâmico da Lapa do Fumo, na Serra dos Pinheirinhos (Sesimbra), com

destaque para a primeira aparição publicada no nosso país dos chamados “ornatos brunidos” (Serrão, 1958, 1959, 1973, 1975, 1994); o conjunto arqueológico exumado na Lapa da Furada, na Serra da Azóia, em Sesimbra (Serrão, 1973, 1994; Cardoso, 1993, 1997; Cardoso & Cunha, 1995). De acrescentar, ainda, o Castro de Chibanes, na Serra do Louro em Palmela, e a já desaparecida Lapa da Rotura, na Serra de São Luís em Setúbal, arqueossítios onde foram referidas cerâmicas de “ornatos brunidos” (Silva & Soares, 1986, cf. Spindler & *alii*, 1973-74).

#### “SEQUELA” – OS NOVOS DADOS (2007-2012)

A estes dispersos vestígios, no conjunto bem insinuates, uma mais recente investigação (incorporada pelo signatário) tem vindo a averbar novas evidências de ocupação humana enquadráveis em cronologias do Bronze Final e da 1.<sup>a</sup> Idade do Ferro: Carta Arqueológica de Sesimbra (2007-2009 – Calado & *alii*, 2009); Carta Arqueológica de Setúbal-Arrábida (2010-2013 – Calado, *no prelo*); escavação da Lapa da Cova, na Serra do Risco, Sesimbra (2010-2011 – Soares, 2013); prospecções espeleológicas do Centro de Estudos e Actividades Especiais da Liga para a Protecção da Natureza (2008-2010 – Soares, 2013); e investigação pessoal do autor (2007-2012 – Soares, 2009, 2013). Nestes trabalhos, os antigos sítios foram revisitados à luz de perspectivas mais panorâmicas e actualizadas, havendo mesmo casos de redefinição de cronologias de ocupação anteriormente publicadas.

#### O “MUNDO QUOTIDIANO” – SÍTIOS DE HABITAT

Chegados aqui, torna-se possível propor um esboço para um emergente complexo populacional, manifestado por diversos sítios de *habitat* aparentemente inter-relacionáveis e com funções distintas, mas complementares: o povoado de altura do Castelo dos Mouros – o povoado central? (Soares, 2013); o povoamento aberto das Terras do Risco – a base agro-pastoril? (Calado & *alii*, 2009; Soares, 2013); o povoado de altura da Serra da Cela, anteriormente classificado como “Neolítico/Calcolítico” (Costa, 1907; Ferreira & *alii*, 1993), redefinindo-se agora a sua cronologia para “Bronze Final” – a “porta do mar”, a base portuária? (Soares, 2009, 2013); o povoado de cumeada de Valongo – o “vértice de

atalaia”? (Soares, 2013); e o sítio da Quinta do Picheleiro – um “casal agrícola”? (*ob. cit.*).

#### O “UNIVERSO DO SAGRADO” – NECRÓPOLES E “SANTUÁRIOS NATURAIS”

Entre os conhecidos sítios de vocação mágico-religiosa, individualiza-se, pela sua muito discutida excepcionalidade, o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, a única estrutura destinada ao culto dos mortos até ao momento identificada na Arrábida do Bronze – um *tholos* calcolítico reconstruído e reocupado no Bronze Final (Harrison, 2007; Calado & *alii*, 2009; Soares, 2013). No horizonte poente, na “rota do cabo”, a “finisterra sagrada” das lapas do Fumo (uma “gruta-santuário”?) e da Furada (outra “gruta-santuário”?), espaços produzidos por ação da Natureza e posteriormente explorados pelo Homem, enquadrando-se no âmbito dos eventuais “santuários naturais”. No epicentro da presumível área de povoamento do Bronze, em pleno Portinho da Arrábida, destaque, ainda, para um possível “santuário natural” na Fenda (Soares, 2013) e para a Gruta do Médico, cavidade onde recentemente foram documentados restos antropológicos associados a cerâmica manual brunida – “gruta-santuário”/necrópole (Soares, 2013).

#### A REDE DE POVOAMENTO – LEITURAS E NARRATIVAS

Feito o ponto da situação no estado da investigação, mesmo descontando a falta de escavações e de informações cronométricas que permitam atestar diacronias e confirmar presumíveis sincronias, torna-se possível, a partir dos dados coligidos, tecer um conjunto de observações que permitem considerar um complexo demográfico, durante os finais da Idade do Bronze (entenda-se em sentido muito amplo) e num território específico e individualizado, com algum grau de diferenciação e de ordenamento político-administrativo, sugerindo, desde logo, uma forte articulação com as vias de comunicação, muito em especial as fluvio-marítimas. A leitura do terreno permite, ainda, uma certa distinção entre duas diferenciadas áreas geológicas e de ocupação: a “Pré-Arrábida” (serras de São Luís, do Louro e de São Francisco) como preferencial território calcolítico; e as serras da Arrábida e do Rico como território de eleição para a Idade do Bronze.

À partida destaca-se, na história da investigação e pela própria invulgaridade, o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, a que faltava, contudo, uma efectiva compreensão fundacional, ou seja, um povoado (ou povoados) que tenham justificado este empreendimento dos vivos, dedicado aos seus mortos. Com as recentes e já referidas campanhas de prospecção, foi finalmente revelado este lacunar mundo quotidiano: o povoado do Neolítico Final/Calcolítico dos Ouriços, identificado nas Terras do Risco, à vista da Roça do Casal do Meio e onde terão habitado os presumíveis construtores do *tholos* original (Calado & *alii*, 2009; Soares, 2013); e a extensa malha de povoamento do Bronze Final, assinalada ao longo de todo o perímetro prospectável das Terras do Risco, onde aparentemente terão habitado alguns dos indígenas reconstrutores do monumento (*ob. cit.*).

Mas qual seria o papel do monumento funerário da Roça do Casal do Meio, reerguido entre as Terras do Risco e o Castelo dos Mouros? Quem seriam aqueles homens notavelmente diferenciados na morte, sepultados a meio caminho entre o seu “Castelo” e as suas “Terras”, dominando-as mesmo além morte? É de admitir que esta extensa área de povoamento aberto nas Terras do Risco se encontraria associada a um vasto complexo geoestratégico de ocupação, do qual fariam parte outros sítios atribuíveis ao Bronze Final: os “clássicos” povoados de altura e de cumeeada (o Castelo dos Mouros, a Serra da Cela e Valongo) e os respectivos “santuários”/necrópoles (a Roça do Casal do Meio e as grutas). Nesta conjuntura, ainda devem ser considerados o pequeno “casal agrícola” da Quinta do Picheleiro e, eventualmente, o mal conhecido (tendo em conta os crónicos condicionalismos da arqueologia urbana) povoamento de *Caetobriga*, instalado na foz do Sado, na actual cidade de Setúbal (Silva & Soares, 1986; Silva, 1990; Soares, 2000a; Arruda, 1999-2000). Todos estes indícios podem ser ponderados numa coerente rede de povoamento, na qual os elementos mais destacados são, evidentemente, o Castelo dos Mouros, pelo seu investimento construtivo e inexpugnável defensabilidade; a área de povoamento das Terras do Risco, ocupando uma área excepcionalmente ampla; e a Serra da Cela, controladora da “porta do mar” do Portinho.

Por um lado, os dados tendem a favorecer a centralidade regional do povoamento do Risco, atendendo à sua dimensão, à evidente relação com a Roça do Casal do Meio e à sugestiva proximidade

com outros povoados de altura, destacando-se a franca intervisibilidade com o Castelo dos Mouros. Todavia, o Castelo dos Mouros também revela características únicas para se impor como justo candidato à centralidade da rede de povoamento. As suas muralhas não têm rival no contexto regional. Aprumadamente erguidas em “aparelho ciclópico”, documentam um ímpar investimento, só justificável por um carácter muito especial na rede de povoamento.

Por seu turno, a Serra da Cela, tendo em conta a sua implantação, relativamente ao mar e ao fundeadouro natural do Portinho, também poderá ter assumido um papel de povoado central. Mais! Se tomarmos em conta o seu perímetro naturalmente fortificado, com uma maior área de implantação em comparação com o Castelo dos Mouros, o povoado da Cela poderia albergar um maior número de habitantes, confrontação que pode ser tida em conta na hierarquização dos povoados conhecidos. Porém, a Cela perde alguns pontos no “*ranking*” da centralidade, por se encontrar mais distante e sem intervisibilidade relativamente à Roça do Casal do Meio e às Terras do Risco. Assim, parece mais razoável atribuir-lhe apenas um exclusivo destaque funcional, enquanto estabelecimento controlador do presumível porto. No “coração” da Arrábida, em pleno Portinho, este povoado encontra-se intimamente relacionável com sítios de vocação eminentemente ritual, destacando-se a sua “umbilical” ligação com a Fenda (“santuário natural”?) e a proximidade relativamente à Gruta do Médico (“gruta-santuário”?) /necrópole).

Quanto à lógica de centralidade das Terras do Risco, além da defesa proporcionada pela serra e pelo Castelo dos Mouros, salta à vista a aparente desprotecção dos seus flancos poente e norte, não tendo sido identificados, até ao momento e apesar de “teimosas” prospecções, quaisquer sinais de dispositivos defensivos ou de associáveis povoados de altura. Nesta conjectural conjuntura, e justificando a sua inaudita área, mesmo descontando o actual desconhecimento do seu substrato cronológico e dos respectivos *timings* de ocupação (sincronias e diacronias), o povoamento do Risco, implantado ao longo de toda a orla do mais fértil vale (*polje*) da região, poderá ter sido formado por uma solidária rede de pequenos “casais agrícolas”, todos regidos por uma subordinação imposta pela eventual sede de chefatura no Castelo dos Mouros, constituindo a base agro-pastoril da referida macroestrutura de povoamento.

Posto isto, torna-se bastante razoável considerar o povoado do Castelo dos Mouros como a poderosa capital desta presumível rede de povoamento, a morada das suas dominantes elites – os “proto-latifundiários” controladores das subsidiárias paisagens adjacentes, designadamente do “celeiro” do Risco.

Mais acima, no topo da Arrábida, de assinalar o amplo domínio visual, a partir do “vértice de atalaia” aparentemente instalado no povoado de cumeada de Valongo, sobre o litoral, Portinho e Serra da Cela, e o interior, Castelo dos Mouros, Terras do Risco e Quinta do Picheleiro, sítios que parecem ocupar posições aparentemente distintas e complementares. O esporão do Castelo dos Mouros domina por inteiro o fértil vale paralelo e a norte da Serra que, vindo da “Pré-Arrábida”, desemboca no *polje* do Risco. A Serra da Cela, um esporão que se destaca na vertente oposta, sobre o mar, assume-se claramente como o guardião da excelente enseada do Portinho. Por fim, o discreto arqueossítio da Quinta do Picheleiro, de eminente vocação rural (documentada pela ocorrência de elementos de foíce em sílex, de gume denticulado), permite antever outros suspeitáveis “casais agrícolas” naquelas férteis imediações.

À imagem do monumento funerário da Roça do Casal do Meio, também as muralhas do Castelo dos Mouros revestem-se de uma poderosa carga simbólica, marcando a paisagem envolvente. Se do alto do Castelo dos Mouros é possível controlar visualmente toda a área das Terras do Risco, a partir deste extenso povoamento, aberto nas terras baixas, a silhueta do monte em crista do Castelo dos Mouros surge no horizonte como uma incontornável marca de poder. A sua elevada defensabilidade, além de símbolo paisagístico, constituiria, seguramente, um baluarte para as elites governantes, um recinto defensivo contra ataques exteriores e, sobretudo, contra o próprio campesinato subsidiário – “um arquitectónico discurso de poder”. A implantação dos principais povoados, “erichados” nas mais destacadas elevações (para verem e serem vistos) e junto de importantes cruzamentos de caminhos naturais, permitia-lhes controlar e portajar os circuitos de transitabilidade, possibilitando um desenvolvimento regional em boa parte assente na gestão da circulação de pessoas e bens.

## RECURSOS, VIAS E TRÂNSITO – A “ROTA DO SAL” E A “SÍNDROME DO MARINHEIRO”

Desenhado um possível esboço para a rede de povoamento, torna-se possível tecer alguns considerandos relativamente ao acesso e exploração dos recursos disponíveis e das vias de circulação trilhadas por estas gentes.

Relativamente aos seus recursos, é importante realçar o facto de a Arrábida não apresentar qualquer potencial mineiro. Mesmo descontando a falta de escavações nos arqueossítios conhecidos, incluindo o Calcolítico, período em que a investigação atingiu um conhecimento mais aprofundado, a região não parece evidenciar uma significativa actividade metalúrgica, sendo residuais as manifestações desta tecnologia, resumidas a contextos familiares e de autoconsumo.

Ora, se admitirmos o metal como uma das principais fontes do poder das emergentes elites do Bronze, resta para a Arrábida um papel de importador, de consumidor e, sobretudo, de intermediário nesta cadeia, usufruindo da sua dominante situação face a importantes vias de comunicação.

Mas será que os dividendos obtidos com a circulação de matérias-primas de mineração e de bens metálicos foram suficientes para justificar o grau de desenvolvimento atingido pelas comunidades da Arrábida? Não será de considerar outras “moedas de troca”, designadamente a expedição de algum excedente cerealífero – “talvez os únicos bens susceptíveis de serem produzidos excedentariamente na Baixa Estremadura” (Cardoso, 2000, p. 67). Pouco credível! Os férteis vales da Serra apenas poderiam satisfazer as necessidades locais, sem áreas suficientemente capazes de produzir excedentes para trocas. Posto isto, resta-nos admitir um *ex-libris* regional, produzido em quantidade remanescente e de valor suficiente para ser trocado por outros bens lacunares – o sal!

Ainda que de forma indirecta, o Sado e a própria Arrábida têm vindo a revelar abundantes e significativos indícios que remetem para a exploração de sal, pelo menos desde a Época Romana, não sendo de excluir uma produção, mais rudimentar e de menor escala, em épocas anteriores, tendo em conta a sua excelente qualidade e facilidade de extracção nestas paragens.

A este propósito, recorde-se que, relativamente ao vizinho estuário do Tejo, a salicultura encontra-se

documentada pela técnica da *briquetage* desde o Neolítico Final, designadamente no povoado da Ponta da Passadeira, no esteiro da Moita (Soares, 2000b, 2001, 2008), no povoado do Monte da Foz 1 e 9, em Benavente (Coelho, 2005), e no povoado do Monte da Quinta 2, na margem esquerda do vale do Sorraia (Valera & alii, 2006).

Se seguirmos uma lógica histórico-evolutiva, considerando a importância e expressão da produção de preparados piscícolas na viragem para a nossa Era, contando que se tratava de uma indústria necessariamente dependente de grandes quantidades de sal, e mesmo na total ausência de suporte arqueográfico da sua extracção, será de admitir que a salicultura já constituiria uma efectiva realidade sadina nos finais da Idade do Bronze, desenvolvendo-se com a complexificação das sociedades indígenas e dos seus esquemas produtivos, atraindo, mais tarde, outros reconhecidos investidores – “como é óbvio, só um conhecimento prévio da região e contactos anteriores com a população indígena pode justificar esta presença de fenícios do «Círculo do Estreito» no estuário do Sado” (Arruda, 1999-2000, p. 98). Ainda relativamente à Idade do Ferro e à produção de ânforas pré-romanas, “para o actual território português, só temos indícios, ainda pouco claros e de incerta datação, do fabrico de ânforas e, conseqüentemente, da exportação de um qualquer produto, em Alcácer do Sal” (Fabião, 1993, p. 126).

Também neste particular, a Arrábida parece constituir uma realidade periférica relativamente aos grandes centros de produção agro-pecuária e salinera do estuário do Sado. Ainda assim, usufruiria da sua efectiva proximidade, beneficiando do controlo das grandes vias de circulação, designadamente a entrada e saída do Sado e o acesso ao Atlântico. Nesta ordem de ideias, além dos tradicionais caminhos terrestres e fluviais, há que considerar em definitivo, para este período e região em particular, os caminhos do mar e os marinheiros – os principais interlocutores destas empresas e promotores de uma actividade altamente especializada. Mesmo navegando em “mares de conjecturas”, tendo em conta a difícil detecção no registo arqueológico de indícios associáveis a antigas navegações, estes, ainda que indirectamente, podem contribuir para a construção dos nossos discursos e narrativas.

Considerando a incontornável observação de Orlando Ribeiro, de que “a Arrábida é a maior quebra de direcção do litoral ocidental português” (Ribeiro,

2004), qualquer embarcação proveniente de sul, depois de dobrar o Cabo de São Vicente, incorre na inevitabilidade de “esbarrar” no litoral da Arrábida – acidente orógeno que conduz naturalmente os marinheiros para a convidativa placidez das águas do Sado. À margem desta intemporal observação, e por ora, ainda não existem dados arqueológicos relativos a antigas embarcações ou estruturas de apoio à navegação na costa da Arrábida. Contudo, a sua aparente ausência não deverá implicar uma total inexistência. A actual invisibilidade arqueográfica deverá prender-se com a falta de uma investigação dirigida que, por muito aprofundada que seja, nunca poderá garantir sucesso nestas submersas matérias.

Ainda assim, tudo parece indicar que o Sado e o Portinho da Arrábida se terão afigurado, desde cedo e muito naturalmente, como privilegiados pontos de contacto com o Oceano, a meio caminho entre o “mundo mediterrâneo” e o “mundo atlântico”. O Portinho surge (assim) como o melhor candidato a um porto do Bronze Final, assumindo-se, não só, como um privilegiado “caminho do peixe” (Gonçalves, 1966, p. 9), mas também, e sobretudo, como a “porta do Sado” e uma “janela sobre o Atlântico” para a principal zona de povoamento coevo identificada na região. A presumível rede de povoamento no seu *hinterland* deverá ter sido beneficiada por contactos a que a relativa marginalidade das suas gentes doutro modo dificilmente aspiraria. Papel análogo e complementar, mas já para a Idade do Ferro, poderá ter sido desempenhado pela baía de Sesimbra, em cujo *hinterland* aparentemente se desenvolveu o principal povoamento atribuível a este período. Portanto, os bem documentados contactos orientalizantes, direccionados prioritariamente ao estuário do Sado, podem bem ter começado pelo litoral da Arrábida, ainda que de forma silenciosa em termos de registo arqueológico.

Em suma, a região da Arrábida pode ser estimada como uma dependente “ocidental praia alentejana”, um desaguadouro de influências provenientes do montante interior, a partir dos grandes pólos dominantes do Alentejo Central. Noutra perspectiva, a Arrábida pode ser entendida como um território culturalmente livre e emancipado, um ponto de apor-tagem de novos estímulos materiais, tecnológicos, sociais e culturais, integrados e retransmitidos ao *hinterland* pelas vias de penetração.

A Arrábida também poderá ser apercebida como a

derradeira manifestação, a ocidente, dos cânones paisagísticos do Mediterrâneo, significando uma cé-nica *finisterra*, uma verdadeira muralha natural entre o “mundo mediterrâneo” e o “mundo atlântico”. É de presumir que este quadro não tenha passado indiferente aos primeiros visitantes orientais, que naturalmente se terão identificado com esta paisagem de referência – “*estranhos numa terra (quase) estranha*” (Arruda, 2008).

## BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; vol. 5-6) Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, A. M. (2008) – Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no sul do território actualmente português. In CELESTINOPÉREZ, S.; RAFAEL, N.; ARMADA, X.-L. (eds.) – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*, Madrid: CSIC, pp. 355-370.

CALADO, M.; GONÇALVES, L.; FRANCISCO, R.; ALVIM, P.; ROCHA, L.; FERNANDES, R. (2009) – *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: CMS.

CALADO, M.; GONÇALVES, L.; SOARES, R.; FRANCISCO, R.; MENDES, R. (no prelo) – *O Tempo das Grutas. Carta Arqueológica da Arrábida-Setúbal*. Setúbal: CMS.

CARDOSO, J. L. (1993) – Primeira Campanha de Escavações Realizada na Lapa da Furada (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 3, pp. 15-17.

CARDOSO, J. L. (1997) – A Cronologia Absoluta do Depósito Arqueológico da Lapa da Furada – Azóia, Sesimbra: seu significado e incidências rituais e culturais. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 6, pp. 10-13.

CARDOSO, J. L. (1998) – Arqueologia da região meridional da península de Setúbal: breve síntese baseada nos principais testemunhos arqueológicos. *Al-madan*. Almada. 2.ª série, 7, pp. 23-36.

CARDOSO, J. L. (2000) – Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. (Trabalhos de Arqueologia; 14). Lisboa: IPA, pp. 45-70.

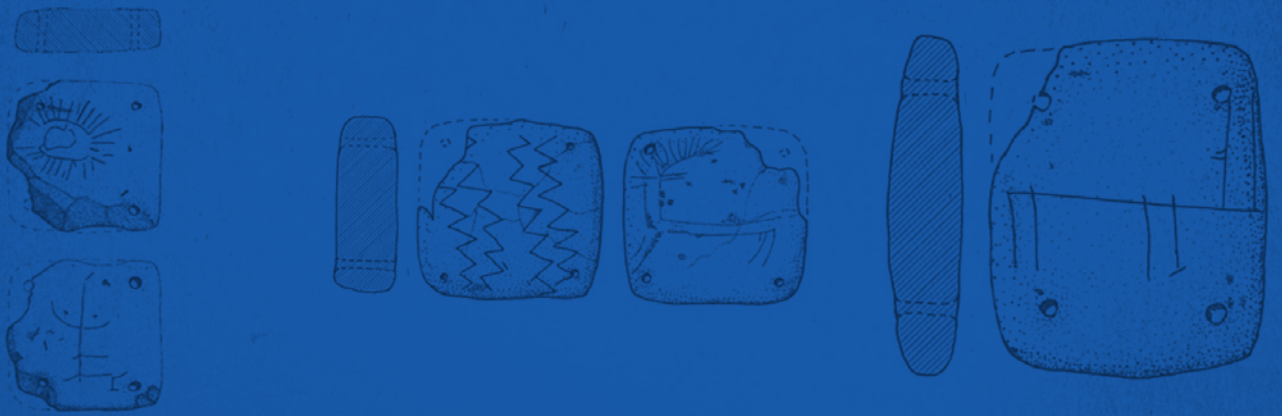
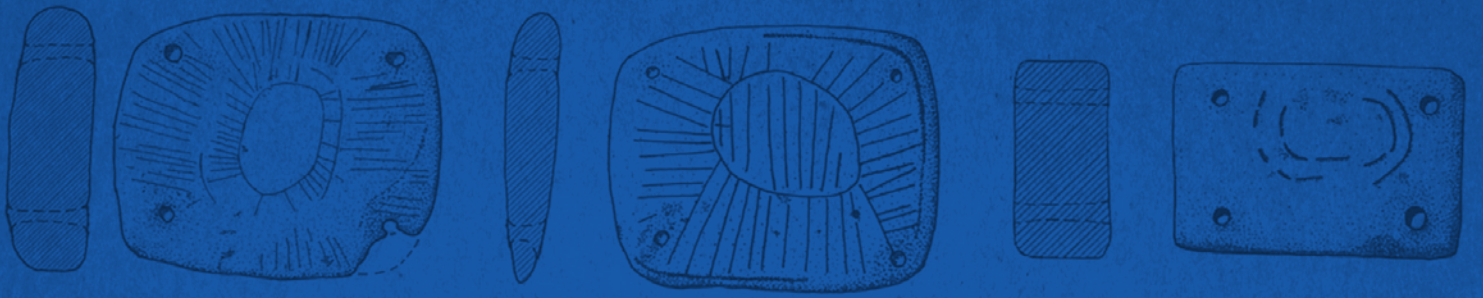
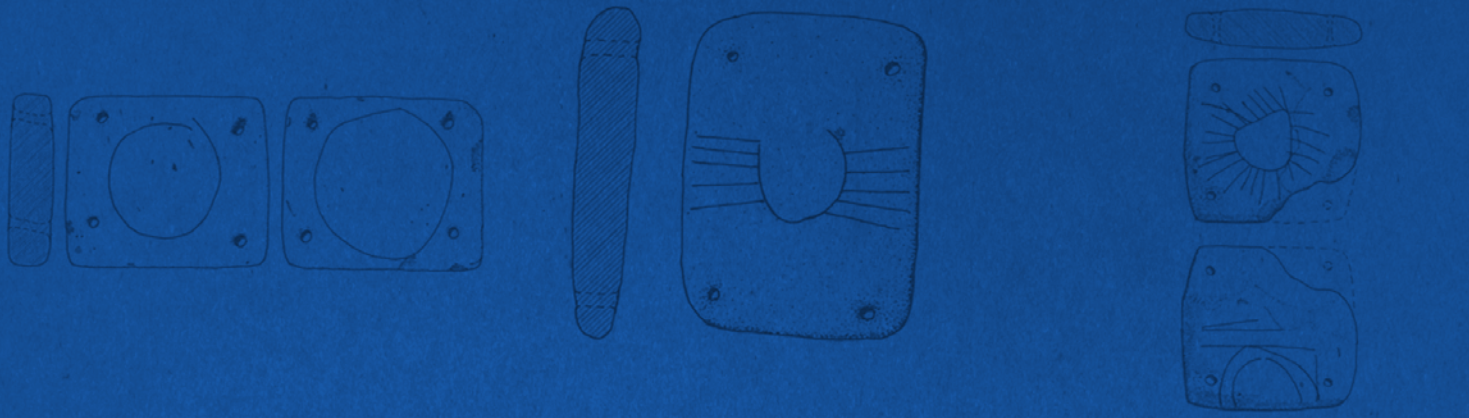
CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S. (1995) – *A Lapa da Furada (Sesimbra). Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Sesimbra: CMS.

COELHO, M. (2005) – *Descritor do Património do RECAPE da A10. Sub lanço Carregado (A1) / Benavente. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: ERA Arqueológica, S.A.

- COSTA, A. I. M. (1907) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 1.ª série: 12. pp. 206-217; 320-338.
- FABIÃO, C. (1993) – As ânforas pré-romanas. In MEDINA, J. (ed.) - *História de Portugal*, vol. 2 (coordenado por Victor S. Gonçalves). Lisboa: Ediclube, p. 123-127.
- FERREIRA, C. J. A.; LOURENÇO, F. S.; SILVA, C. T.; SOUSA, P. (1993) – *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1966) – O castro pré-histórico da Rota – Setúbal. *Lucerna. Separata de Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, vol. 5. Porto.
- HARRISON, R. J. (2007) – A revision of the later Bronze Age burials from the Roça do Casal do Meio (Calhariz), Portugal. In *Beyond Stonehenge: Essays on the Bronze Age in Honour of Colin Burgess*. Oxford: Oxbow Books, pp. 65-77.
- RASTEIRO, J. (1897) – Notícias archeologicas da Peninsula da Arrábida. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª série, 1-2, vol. 3, pp. 1-48.
- RIBEIRO, O. (2004) – *A Arrábida. Esboço Geográfico*. Sesimbra: CMS e Fundação Oriente.
- SERRÃO, E. C. (1958) – Cerâmica Proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra) com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2). pp. 177-186.
- SERRÃO, E. C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Lisboa: Instituto da Alta Cultura, pp. 337-359.
- SERRÃO, E. C. (1967) – Bronzes de Alfarim e de Pedreiras. *Boletim do Centro de Estudo do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 1, pp. 76-93.
- SERRÃO, E. C. (1973) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Paleolítico Antigo até 1200 d.C.)*. Setúbal: Junta Distrital.
- SERRÃO, E. C. (1975) – Contribuições Arqueológicas do Sudoeste da Península de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. vol. I, pp. 199-225.
- SERRÃO, E. C. (1994) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Vilafranquiano Médio até 1200 d.C.)*. Sesimbra: CMS.
- SILVA, C. T. (1990) – Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidade. In *Setúbal na História*, Setúbal: LASA, pp. 107-122.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Parques Naturais; 15).
- SOARES, J. (2000a) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. (Trabalhos de Arqueologia; 14). Lisboa: IPA, pp. 101-130.
- SOARES, J. (2000b) – A Ponta da Passadeira e a diversidade do registo arqueológico dos IV/III milénios A.C. In *Actas das 1.ªs Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Barreiro: CMB, pp. 88-109.
- SOARES, J. (2001) – O povoado pré-histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV/III milénios A.C. In *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta, pp. 101-127.
- SOARES, J. (2008) – Economias anfíbias na Costa Sudoeste Ibérica IV/III milénios BC. O caso da Ponta da Passadeira (Estuário do Tejo). In *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular (tomo II)*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, pp. 356-364.
- SOARES, R. (2009) – *Povoados Calcolíticos da Região da Arrábida*. Relatório de Seminário de Licenciatura apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: FLUL.
- SOARES, R. (2013) – *A Arrábida no Bronze Final – a Paisagem e o Homem*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: FLUL.
- SPINDLER, A.; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1973-74) – Le Monument à Coupole de l'Âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, pp. 91-154.
- VALERA, A. C.; TERESO, J. P.; REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. In FERREIRA, N.; VERÍSSIMO, H., eds. – *Do Paleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, Setembro de 2004). Faro: Universidade do Algarve, pp. 291-305.
- VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. Almada. 2.ª série, 13, pp. 48-57.



Figura 1 – A Península da Arrábida na transição Bronze Final /1.ª Idade do Ferro (base cartográfica – Google Earth 2013). O vermelho refere-se aos sítios do Bronze Final, o verde refere-se aos sítios da 1.ª Idade do Ferro: 1 – povoamento do Risco (base agro-pastoril); 2 – povoado do Castelo dos Mouros (povoado central); 3 – povoado da Serra da Cela/Portinho da Arrábida (povoado portuário); 4 – povoado de Valongo (I); 5 – atalaia de Valongo (II); 6 – casal agrícola da Quinta do Picheleiro; 7 – Bico dos Agulhões (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro? – atalaia de costa?); 8 – núcleo artefactual de Pedreiras (integrável nas Terras do Risco); 9 – monumento funerário da Roça do Casal do Meio; 10 – Lapa do Fumo (gruta-santuário?); 11 – Lapa da Furada (gruta-santuário?); 12 – Gruta do Médico (gruta-santuário?/gruta-necrópole); 13 – Lapa da Cova (gruta-santuário); 14 – Fenda (santuário natural?); 15 – povoado da Casa Nova (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro); 16 – povoado da Meia Velha (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro); 17 – Necrópole do Casalão (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro); 18 – Bronzes de Alfarim?



**AAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO  
**Millennium**  
bcp

**BNP**  
BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE  
PORTUGAL

  
Parques de Sintra  
Monte da Lua